

## **DIREITO À EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS: PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA E O ACESSO AS TECNOLOGIAS**

Marcia Sozo Bossacro<sup>1</sup>, Lilian de Fátima Inácio<sup>2</sup>, Amanda Gubert Esperança<sup>3</sup>, Thais Janaina Wenczenovicz<sup>4</sup>

1. Discente do curso de graduação em Direito, Unoesc, Joaçaba, SC
2. Discente do curso de graduação em Direito, Unoesc, Joaçaba, SC
3. Discente do curso de graduação em Direito, Unoesc, Joaçaba, SC
4. Docente no Programa de Pós-graduação em Direito, Unoesc, Chapecó, SC

**Autor correspondente:** Marcia Sozo Bossacro, marciasozobossacro@gmail.com

**Área:** Ciência Jurídica

**Introdução:** O estudo analisa o Direito à Educação no Brasil, destacando as desigualdades educacionais e sociais que afetam o acesso às tecnologias na Educação Básica. Embora a educação seja um direito fundamental garantido pela Constituição e tratados internacionais, sua efetivação enfrenta barreiras históricas e estruturais, como desigualdade socioeconômica, limitações de infraestrutura tecnológica e barreiras geográficas, impactando especialmente alunos de comunidades vulneráveis. **Objetivo:** O objetivo geral da pesquisa é examinar as dificuldades na concretização do direito à educação em meio às desigualdades sociais e ao acesso às tecnologias. Especificamente, busca-se traçar a trajetória histórico-jurídica do direito à educação no Brasil, discutir a inserção de novas tecnologias na educação básica, identificar dados sobre desigualdades sociais e avaliar a relação entre tecnologia, qualidade do ensino e justiça social. **Método:** A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando revisão bibliográfica e fontes secundárias, consultando dados de órgãos oficiais como o Ministério da Educação e IBGE. **Resultados:** Os resultados revelam que, apesar da presença de computadores em muitas escolas urbanas, o acesso efetivo é limitado. Em 2021, 84% dos estudantes urbanos e 92% dos rurais não tinham dispositivos ou internet em casa. Além disso, a falta de acesso à internet é maior em áreas rurais (65,8%) do que urbanas (95,3%). **Conclusão:** O estudo conclui que o acesso às tecnologias é crucial para garantir o direito à educação e promover a justiça social. No entanto, persistem desafios, como a desigualdade no acesso, a formação docente e a infraestrutura escolar. A superação dessas barreiras requer políticas públicas eficazes, investimentos estruturais e estratégias pedagógicas inovadoras, visando garantir igualdade de oportunidades educacionais.

**Palavras-chave:** Desigualdades Educacionais; Desigualdade Social; Direito à Educação; Educação Básica; Tecnologias Educacionais.

**Agradecimentos:** Programa de Bolsas Universitárias do Estado de Santa Catarina (UNIEDU)